



SEÇÃO JUDICIÁRIA DA BAHIA

EDITAL

EDITAL N. 29/2023 - ABERTURA DE INSCRIÇÕES

Abertura das inscrições para o processo seletivo simplificado de estudantes dos curso de formação superior em **Publicidade e Propaganda** matriculados em instituições de ensino conveniadas para fim de preenchimento de vagas e formação de cadastro reserva no quadro de estagiários da Seção Judiciária do Estado da Bahia.

O JUIZ FEDERAL DIRETOR DO FORO DA JUSTIÇA FEDERAL DE PRIMEIRO GRAU DO ESTADO DA BAHIA, no uso de suas atribuições legais, em conformidade com os termos da Lei nº. 11.788, de 25 de setembro de 2008, da Resolução nº. 208, de 04 de outubro de 2012, do Conselho da Justiça Federal, da Instrução Normativa IN-13-01, do Tribunal Regional Federal da 1ª Região, aprovada pela Portaria PRESI/TRF1 7013202, dos Termos de Convênios para concessão de estágio remunerado celebrados entre esta Seção Judiciária do Estado da Bahia e as Instituições de Ensino conveniadas e do constante nos autos do processo administrativo n. 0013902-93.2023.4.01.8004, **torna pública a abertura das inscrições do processo seletivo de estudantes do curso de graduação em Publicidade e Propaganda**, para preenchimento de vagas e formação de cadastro reserva destinado ao quadro de estagiários da Seção Judiciária do Estado da Bahia, com observância dos requisitos exigidos, dos parâmetros objetivos e dos critérios de classificação definidos na forma regulamentada neste Edital.

1. DISPOSIÇÕES GERAIS

1.1. O processo seletivo será regido por este edital e seus anexos, bem como eventuais aditamentos, erratas, instruções, comunicados e convocações dele decorrentes, obedecida a legislação regente.

1.1.1. A seleção objetiva escolher os estudantes que melhor se enquadrem no perfil institucional da Justiça Federal da Bahia, possibilitando a conciliação e o atendimento das necessidades da seccional, do estudante e da instituição de ensino interveniente, com observação do princípio da impessoalidade a ser aplicado através dos critérios objetivos da avaliação do desempenho do estudante na instituição de ensino e da prova objetiva com a finalidade de verificar a adequação do perfil do estagiário e o conhecimento da norma padrão da Língua Portuguesa.

1.1.2. A seleção se destina à formação de cadastro de reserva para estagiários do curso de graduação e m **Publicidade e Propaganda**, correspondentes às unidades administrativas localizadas na sede da Justiça Federal de Primeiro Grau do Estado da Bahia, em Salvador-Bahia, conforme quadro de inscrições descrito no item 1.2.

a) O processo seletivo simplificado será regido por este edital, sob a coordenação do Diretor do Núcleo de Gestão de Pessoas/NUCGP e da Diretora da Secretaria Administrativa desta Seccional Bahia.

b) As inscrições para a presente seleção de estágio destinam-se a estudantes, regularmente matriculados em Instituição de Ensino conveniada com esta Justiça Federal, que atendam aos requisitos constantes neste Edital.

1.1.3. Somente alunos matriculados no curso superior em **Publicidade e Propaganda** nas Instituições de Ensino conveniadas com a Justiça Federal da Bahia poderão se inscrever na presente seleção, não sendo permitida a inscrição do estudante de instituição que não esteja dentre as relacionadas a seguir:

matriculados, cursando do 3º (terceiro) ao 4º (quarto) períodos/semestre.

1.6. Fica reservado aos estudantes inscritos na condição de pessoa com deficiência, quando esta for compatível com as atividades de estágio, o percentual de 10% (dez por cento) das vagas que surgirem durante o período de vigência da seleção.

a) Para participar do processo seletivo, os estudantes nesta condição deverão, no ato de inscrição, informar nome e Classificação Internacional de Doenças - CID - da deficiência de que é portador e juntar documento comprobatório, informando as **condições necessárias para efetivação de sua participação no Programa de Estágio.**

1.7. Fica reservado aos candidatos negros o percentual de 30% (trinta por cento) das vagas que surgirem durante a validade do processo seletivo, em cumprimento ao disposto no [Decreto nº 9.427 de 28/06/2018](#).

1.8. A contratação do candidato aprovado e convocado para o preenchimento de vaga está condicionada ao efetivo cumprimento dos requisitos quanto à regularidade documental, bem como à assinatura de termo de compromisso entre a Justiça Federal da Bahia, a Instituição de Ensino interveniente e o Estudante.

2 - DAS INSCRIÇÕES

2.1. As inscrições realizar-se-ão no **período de 01/11/2023 a 12/11/2023**, através do site da Justiça Federal - Seção Judiciária da Bahia (<https://portal.trfl.jus.br/sjba/> - seguindo a sequência Concursos > Estágio > Seção Judiciária da Bahia), sendo:

a) Abertura das inscrições: **às 13 horas do dia 01/11/2023.**

b) Encerramento das inscrições: **às 13 horas do dia 12/11/2023.**

2.2. As inscrições serão **efetivadas exclusivamente através do** preenchimento do **FORMULÁRIO DE INSCRIÇÃO**, disponível no link <https://portal.trfl.jus.br/sjba/concursos/estagios/secao-judiciaria-da-bahia.htm>.

a) Para acessar e preencher o formulário de inscrição faz-se necessário possuir conta no GMAIL, por tratar-se da ferramenta *Google Forms*.

2.3. No ato da inscrição o candidato deverá anexar arquivo, **único e em formato PDF**, no campo próprio indicado no formulário de inscrição, contendo os seguintes documentos:

a) **COMPROVANTE DE MATRÍCULA ATUAL** (período/ano/semestre em curso)

b) **HISTÓRICO ESCOLAR** das disciplinas cursadas até o período/semestre anterior ao período/semestre em que se encontra matriculado (cursando);

c) **DOCUMENTO DE IDENTIFICAÇÃO** (um documento dentre os descritos no item 2.4)

d) **CPF** (não será necessário quando o número do CPF constar no documento de identificação entregue).

2.3.1. Toda documentação deve ser entregue no ato de inscrição, **não permitindo entrega de documento complementar ou substitutivo em momento posterior ao prazo no edital nem em grau de recurso.**

2.3.2. O arquivo deverá ser identificado com o nome completo do candidato seguido do número do CPF (ex.: Paulo Antonio de Menezes e Silva - 00011122233) e apresentar tamanho máximo de **10 MB**.

2.3.3. Não será permitida a inscrição fora do formulário disponibilizado pela Justiça Federal do Estado da Bahia, confeccionado através do *Google Forms* - Formulários Google.

2.3.4. Não haverá cobrança de taxa de inscrição.

2.4. Serão considerados como documentos de identificação:

Carteira de identidade (RG);

Carteira funcional emitida por órgãos públicos;

Carteira de identidade profissional emitida pelas entidades de classe (Ordens e Conselhos);
Carteira de trabalho; carteira nacional de habilitação (apenas o modelo com foto);
Passaporte brasileiro;

2.5. O ato de inscrição do candidato implica plena concordância com as normas contidas neste edital.

2.6. Impedimentos para exercer estágio

2.6.1. É vedada a contratação para realizar estágio na Justiça Federal de Primeiro e Segundo Graus do estudante que possuir vínculo profissional ou de estágio com advogado ou sociedade de advogados que atuem em processos na Justiça Federal, inclusive que esteja realizando estágio em empresas públicas federais.

2.6.2. O candidato convocado, no ato da assinatura do Termo de Compromisso de Estágio e de posteriores aditamentos, deve firmar declaração de que não possui o vínculo mencionado no item 2.6.1;

2.6.3. Não poderá realizar estágio não obrigatório no âmbito do Conselho da Justiça Federal e da Justiça Federal de primeiro e segundo graus o estudante que seja: ocupante de cargo, emprego ou função vinculado aos órgãos ou às entidades da administração pública direta ou indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal ou dos Municípios; militar da União, dos Estados ou do Distrito Federal; titular de mandato eletivo federal, estadual, distrital ou municipal; servidor do Ministério Público. (De acordo com art. 22, da Resolução nº 208, de 04 de outubro de 2012, do CJF).

2.6.4. Não será convocado o candidato que se encontra matriculado no último ou penúltimo período do curso, quando restar menos de 1 (um) ano para conclusão do curso.

2.6.5. A falta da interveniência da Instituição de Ensino no Termo de Compromisso implicará impossibilidade de realização do estágio, com exclusão do candidato da lista dos habilitados ao estágio.

3. DO PROGRAMA DE COTAS

3.1. Candidatos na condição Pessoa com Deficiência - PCD

3.1.1. Será reservado às pessoas com deficiência, quando enquadradas nas categorias discriminadas no [art. 4º do Decreto Federal nº 3298/99](#) e alterações do [Decreto Federal nº 5.296/04](#), o percentual de 10% (dez por cento) das vagas de estágio que surgirem no prazo de validade da seleção, em cumprimento ao disposto no [art.17, §5º, da Lei nº 11.788/2008](#).

3.1.2. O candidato com deficiência deverá declarar essa condição no ato da inscrição e juntar atestado/documento comprobatório.

3.1.3. Para cada (10) dez vagas de estudantes convocados da lista de aprovados, uma vaga caberá ao candidato com deficiência.

3.1.4. O candidato portador de deficiência, quando convocado, poderá ser submetido à avaliação médica a cargo da Justiça Federal de Primeiro Grau no Estado da Bahia, devendo apresentar no setor médico do órgão laudo médico original ou cópia autenticada que ateste a deficiência, emitido há no máximo 12 (doze) meses da data da convocação, para verificação da compatibilidade entre as atividades do estágio e a deficiência apresentada. A avaliação médica será realizada previamente à contratação.

3.1.5. O candidato portador de deficiência que não declarar sua condição no ato da inscrição não poderá posteriormente solicitar seu enquadramento como tal ou interpor recurso invocando sua situação.

3.2. Candidatos que se declararem negros ou pardo no ato da inscrição

3.2.1. Fica reservado o percentual de 30% (trinta por cento) das vagas que surgirem durante a validade deste processo seletivo aos candidatos negros, em cumprimento ao disposto no [Decreto nº 9.427 de 28/06/2018](#).

3.2.2. Só poderão concorrer às vagas reservadas a candidatos negros ou pardos aqueles que se

4.6. A decisão de que trata o item 4.5 deste Edital terá caráter terminativo e não será objeto de reexame.

5. DOS CRITÉRIOS DA SELEÇÃO

5.1. A seleção simplificada constará de **2 FASES** procedimentais com avaliações específicas:

FASE 1 - Prova Objetiva

FASE 2 - Redação e Entrevista Pessoal

5.2. FASE 1 - Prova Objetiva

5.2.1. A *Prova Objetiva* será realizada no **dia 14/11/2023 (terça-feira)**, no período vespertino, **das 13:00 horas às 13:40 horas** (duração de 40 minutos) em formato online, a qual será acessada através de link a ser enviado pela área de recursos humanos para o e-mail pessoal constante na ficha de inscrição do candidato.

a) A Prova Objetiva se destinada **a todos os candidatos inscritos na Seleção de Publicidade e Propaganda.**

b) O acesso à Prova Objetiva se dará no Portal da JFBA através do link <https://portal.trfl.jus.br/sjba/concursos/estagios/secao-judiciaria-da-bahia.htm>, **a partir das 13:00h do dia 14/11/2023 (terça-feira)**. Outra forma de acesso será através de link que será enviado, **também às 13:00h do dia 14/11/2023 (terça-feira)** para o e-mail de inscrição informado pelo candidato.

c) O candidato que não conseguir acessar a Prova Objetiva ou não receber o link para acesso, até o horário definido acima, poderá comunicar a situação através do e-mail seder.ba@trfl.jus.br

d) O acesso à *Prova Objetiva* é de responsabilidade do candidato, justificado o não comparecimento por problemas técnicos **somente em caso de ausência total dos candidatos.**

e) O recebimento do link da prova objetiva é de responsabilidade do candidato, competindo à JFBA o envio para o endereço eletrônico informado na ficha inscrição.

f) **A Prova Objetiva será iniciada no horário definido acima (13:00horas), e decorrido a sua duração o acesso será interrompido de forma automática, devendo o candidato ficar atento para enviar as questões dentro do tempo hábil, vez que o fechamento do acesso à prova implicará na não participação do candidato no certame.**

g) **Em havendo alteração da data, horário, formato ou local de realização da Prova Objetiva, os candidatos inscritos serão comunicados através de Edital e pelo e-mail constante na ficha de inscrição.**

5.2.2. A prova objetiva será composta de **10 (dez) questões de Língua Portuguesa** sobre os seguintes assuntos: Ortografia oficial; Acentuação gráfica; Flexão nominal e verbal; Pronomes: emprego, formas de tratamento e colocação; Emprego das conjunções e das locuções conjuntivas; Emprego de tempos e modos verbais; Vozes do verbo; Concordância nominal e verbal; Regência nominal e verbal; Ocorrência da crase; Pontuação; Interpretação de texto.

5.2.3. A prova conterà questões objetivas de múltipla escolha, com 04 alternativas (A – B – C – D) e versará sobre assuntos do programa constante deste edital.

5.2.4. Não haverá segunda chamada ou repetição da prova para candidatos que não realizarem a prova.

5.2.5. Considerar-se-á aprovado o candidato acertar 70% (setenta por cento) do total das questões.

5.2.6. Em caso de haver questões anuladas a pontuação destas será desprezada, permanecendo a exigência de pontuação de 70% de acertos das questões válidas.

5.2.7. Considerar-se-á aprovado o candidato que obtiver, no mínimo, nota 7,0 (sete), na escala de 0 (zero)

a 10 (dez).

5.2.8. A não participação do candidato na aplicação da Prova Objetiva configurará sua desistência da presente seleção de estagiários do curso de Publicidade e Propaganda.

5.2.9. Estão habilitados a participarem da FASE 02 da seleção somente os 20 (vinte) primeiros candidatos aprovados na Prova Objetiva, por ordem de classificação.

FASE 2 - REDAÇÃO E ENTREVISTA PESSOAL - A FASE 02 da seleção se destina somente aos 20 (vinte) candidatos classificados na FASE 01, por ordem decrescente da pontuação obtida na Prova Objetiva (maior para menor pontuação);

5.3 - DA REDAÇÃO

5.3.1 - A *REDAÇÃO* será composta de 3 (três) questões de natureza subjetiva através do qual o candidato deverá apresentar elementos mínimos para verificação do perfil do estudante em relação à adequação ao perfil do estagiário da Justiça Federal da Bahia.

a) A **Redação** será realizada no **dia 21/11/2023**, no **horário das 13h às 14h**, a qual será realizada presencialmente na sede da SEÇÃO JUDICIÁRIA DO ESTADO DA BAHIA, no Fórum Teixeira de Freitas, Avenida Sussuarana, n. 2.779.

b) A resposta a cada um dos quesitos deverá conter no mínimo 5 (cinco) e no máximo 10 (dez) linhas, observando-se a aderência e adequação com o enunciado e a aplicação dos conhecimentos da Língua Portuguesa.

5.3.2. O candidato deverá responder as questões com argumentos que expressem sua visão pessoal, as quais versarão sobre:

a) Estágio na Justiça Federal da Bahia.

b) Curso acadêmico e atuação profissional.

c) Conduta ética e comportamento funcional.

5.3.3. Na avaliação da Redação serão consideradas a aderência e adequação das respostas ao enunciado, devendo a redação, de forma clara, coerente e concisa:

a) apresentar escrita em conformidade com a norma culta, sem erros de morfologia, sintaxe ou semântica.

b) estar dentro dos limites de linhas definidos.

c) responder o enunciado sem fugir do tema proposto.

d) utilizar argumentos ou conceitos que representem a visão pessoal do estudante.

5.3.4. A pontuação da Redação totalizará a nota máxima de 10,00 pontos, sendo deduzido 0,5 (zero vírgula cinco décimos) por cada ocorrência registrada que configura inobservância dos requisitos definidos no item 5.3.3.

a) Para cada questão não respondida, quando deixada em aberto, haverá o desconto de 3,5 (três vírgula cinco) da nota máxima.

5.3.5. As respostas devem ser pessoais, individuais e originais, e não serão pontuadas quando apresentarem replicação, parcial ou integral, de respostas enviadas em data anterior ou de textos disponíveis na internet, se constatado.

5.3.6. Será emitida listagem final de candidatos aprovados, classificados por curso e por ordem decrescente dos pontos obtidos, observando-se a pontuação total alcançada.

5.4.4. A *Redação* não tem caráter eliminatório.

5.4 - DA ENTREVISTA PESSOAL

5.4.2. A **Entrevista Pessoal** será realizada também no dia **21/11/2023**, por ordem de término da redação, também na sede da SEÇÃO JUDICIÁRIA DO ESTADO DA BAHIA, no Fórum Teixeira de Freitas, Avenida Sussuarana, n. 2.779.

5.4.2. A pontuação da *Entrevista Pessoal* **totalizará a nota máxima de 10,00 (dez) pontos**;

5.4.3. Na pontuação da Entrevista Pessoal serão observados como critérios para pontuação: **comunicação, desenvoltura, comportamento e conhecimentos gerais** do candidato.

5.4.4. A *Entrevista Pessoal* não tem caráter eliminatório.

5.4.5. A não participação do candidato na FASE 2 - **Redação ou Entrevista Pessoal** - implica na perda da pontuação correspondente.

5.5. A pontuação final obtida pelo candidato para efeitos de classificação será o resultado da soma da nota auferida na avaliação da Prova Objetiva + Nota da Redação + Pontuação da Entrevista Pessoal.

6. DA HABILITAÇÃO, DA CLASSIFICAÇÃO E DOS CRITÉRIOS DE DESEMPATE

6.1. Será considerado habilitado o candidato que obtiver resultado final igual ou superior a pontuação 7,00 (sete vírgula zero), na pontuação final.

6.2. Os candidatos habilitados serão classificados por ordem decrescente da nota final obtida e no caso de empate, terá preferência o candidato que, na seguinte ordem:

1º) Possuir maior **pontuação média global** obtida pelo aluno na forma descrita no Histórico Escolar, emitido por Instituição de Ensino interveniente;

2º) Apresentar comprovação de **aprovação em concurso público** ou **em processo seletivo para estágio**, desde que realizado por órgão público, seja na esfera municipal, estadual ou federal, **limitado a 1 (um) certificação**.

3º) Possuir maior idade.

6.3. Sobre a comprovação do critério **pontuação média escolar/global** deve ser considerado assim:

a) Entende-se por "NOTA MÉDIA" o escore ou coeficiente de rendimento apresentado no Histórico Escolar (na escala de 0 a 10), devendo o Histórico Escolar estar em formato PDF e conter todas as informações na forma expedido pela Instituição de Ensino;

b) A nota média do histórico escolar, em regra, equivale à média aritmética das disciplinas cursadas, considerando a pontuação obtida nas disciplinas aprovadas e reprovadas computando-se até o último período/semestre cursado;

c) Caso a média final **não conste no Histórico Escolar** ou careça de lançamento/fechamento de notas de semestres anteriores, **será aceita declaração complementar emitida pela Instituição de Ensino competente para este fim específico**.

d) A documentação que não apresentar a nota média escolar de forma clara e expressa será desconsiderada para fim de desempate, caso não haja declaração complementar emitida pela Instituição de Ensino;

e) **Não serão aceitos como comprovante da nota média escolar:**

- foto ou captura de tela do portal do aluno;

- histórico em que não constar a nota média geral, ainda que conste a média por disciplinas, e outros similares;

- cálculos apresentados pelo Candidato;

- documentos incompletos, ainda que conste o nome do candidato, da instituição de ensino e a

nota média escolar;

- Histórico escolar desatualizado, emitido em data anterior ao semestre em curso ou não constar as notas do último semestre concluído, em conformidade com o semestre em curso,

f) A pontuação obtida nas disciplinas optativas serão consideradas para cálculo da média geral escolar, desde que apresentadas pela Instituição de Ensino.

g) Não será considerado para fim de desempate nota média escolar inferior a 5,00 (cinco vírgula zero), ficando o critério vazio.

h) Em relação à **semestralidade do curso exigida** não constar de forma clara e expressa no Histórico Escolar, deve o candidato elucidar a questão com declaração complementar emitida pela Instituição de Ensino conveniada;

6.4. O documento comprobatório do critério ***aprovação em concurso público*** ou ***em processo seletivo para estágio*** somente será válido quando expressamente constar que se trata de seleção pública e que houve aprovação;

6.5. Toda documentação deve ser entregue no ato de inscrição, **não permitindo entrega de documento complementar ou substitutivo em momento posterior ao prazo no edital nem em grau de recurso.**

6.6. Declarações ou certificados constando ser servidor público ou de ter exercido estágio ou documentos tratando de convocação ou notificação não configuram como documento comprobatório, pois deve ser comprovada a aprovação em processo seletivo nos termos do item 6.3.

7. DA DIVULGAÇÃO, DA HOMOLOGAÇÃO E DA CONVOCAÇÃO

7.1. O resultado preliminar das inscrições será disponibilizado por 2 dias, através do Portal da TRF1-SJBA no endereço eletrônico <https://portal.trf1.jus.br/sjba/concursos/estagios/estagios.htm>, para verificação por parte dos inscritos;

a) O resultado final dos candidatos aprovados será divulgado no endereço eletrônico <https://portal.trf1.jus.br/sjba/concursos/estagios/estagios.htm> e publicado no Diário da Justiça Federal da 1ª Região (e-DJF1), cabendo recurso na forma regulamentada no item 4 deste edital.

7.2. O resultado final, após julgamento dos recursos, será divulgado por curso de graduação, através do Portal da TRF1-SJBA no endereço eletrônico <https://portal.trf1.jus.br/sjba/concursos/estagios/estagios.htm> e publicado no Diário da Justiça Federal da 1ª Região (e-DJF1).

7.3. A convocação respeitará a lista de classificação dos candidatos de acordo com o curso de inscrição.

7.4. A aprovação na seleção não gera direito à convocação, mas esta, quando se fizer, respeitará a ordem de classificação definitiva e o prazo de validade da seleção.

7.5. A convocação dos candidatos aprovados ocorrerá dentro do número de vagas existentes.

7.6. A comunicação para convocação dos candidatos aprovados dar-se-á por meio do endereço de e-mail cadastrado no ato da inscrição.

7.7. Os candidatos classificados integrarão o cadastro de reserva e poderão ser convocados de acordo com a necessidade e conveniência da JUSTIÇA FEDERAL DO ESTADO DA BAHIA, a depender da abertura de vagas e da validade do processo seletivo.

7.8. O candidato aprovado e convocado por e-mail deverá manifestar interesse ou não na vaga de estágio, no prazo de 3 (três) dias úteis contados a partir do primeiro dia útil seguinte à data de envio do e-mail.

7.9. Será remanejado para o final da lista de classificação o candidato que desistir da contratação e manifestar, por escrito, via e-mail, no prazo de 3 (três) dias úteis contados na forma do subitem 7.8, a intenção de ser reposicionado no final da lista.

7.10. Compete exclusivamente ao candidato o acompanhamento das convocações e demais publicações previstas neste Edital, bem como a atualização ou retificação de seus dados cadastrais, devendo, para tanto, entrar em contato com a área de recursos humanos da Seção Judiciária do Estado da Bahia, no

endereço de correio eletrônico: seder.ba@trfl.jus.br

a) Não será concedido novo prazo, sendo de inteira responsabilidade do candidato o fornecimento do e-mail correto, bem como a leitura das mensagens.

7.11. Nas convocações em que a Administração possuir vaga de estágio para turno específico (matutino ou vespertino), caso o candidato na ordem de convocação não possa estagiar em razão de coincidir turno de estágio com o turno de estudo, este permanecerá na sua posição de classificação e será o classificado da posição seguinte consultado quanto à possibilidade e interesse na vaga de estágio exclusivamente naquele turno especificado pela Administração, aplicando de forma sucessiva até preenchimento da vaga de estágio.

a) As atividades de estágio serão exercidas em formato presencial, contudo, o presente regramento se aplica quando, em caráter excepcional, a Administração possuir desempenho de atividade em formato remoto e o candidato da ordem não possuir os meios ou recursos necessários para a efetivação das atividades de estágio a distância;

b) Também, será aplicado este regramento quando a Instituição de Ensino interveniente por motivos internos não assinar o Termo de Compromisso de Estágio nos termos do convênio e nos prazos definidos neste Edital.

8. DOS DOCUMENTOS PARA A CONTRATAÇÃO

8.1. Após aceitar a vaga para a qual foi convocado o candidato aprovado terá 10 (dias) dias úteis, contados a partir do primeiro dia útil seguinte à data de envio do e-mail, nos termos previstos no item 7 deste edital, para providenciar e apresentar os documentos para a contratação.

8.2. O candidato convocado, além de firmar “Termo de Compromisso de Estágio” com interveniência obrigatória da instituição de ensino superior, deverá enviar para o endereço de correio eletrônico seder.ba@trfl.jus.br arquivos em formato PDF os seguintes documentos:

a) Declaração de Matrícula do período em curso, emitida pela Faculdade ou obtida no site da Instituição, desde que assinada digitalmente ou com código de autenticação para verificação da autenticidade;

b) Histórico Escolar atualizado;

c) Título de eleitor e comprovante de votação da última eleição ou certidão de quitação eleitoral obtida em site oficial do Tribunal Eleitoral;

d) Foto 3X4 atualizada.

e) Atestados e declarações nos termos da legislação aplicada ao Programa de Estágio.

8.3. Para ser admitido na vaga de estágio, o candidato convocado deverá estar regularmente matriculado em instituição de ensino superior oficialmente reconhecida, observando o período/semestre matriculado em relação ao informado no ato de inscrição, devido ao decurso do tempo.

8.4. O candidato convocado para a contratação na condição de pessoa com deficiência será submetido ao serviço médico do órgão, em caso de apresentar comprovação médica incompleta ou que careça de apreciação profissional.

8.5. O horário de estágio será determinado de acordo com o interesse da Administração, com observância do horário de expediente determinado pela Direção do Foro.

8.6. O candidato convocado para a contratação não terá direito à escolha do local onde exercerá suas atividades, competindo exclusivamente à Justiça Federal do Estado da Bahia determinar a unidade administrativa de lotação.

8.7. O contrato de estágio será regido pela Lei 11.788, de 25/9/2008, Resolução CJF nº 208, de 04/10/2012 e alterações, IN 13-01, do TRF da 1ª Região, com observância do convênio de estágio firmado entre a JFBA e a Instituição de Ensino, bem como das regulamentações administrativas expedidas pela Direção do Foro.

9.15. É de inteira responsabilidade do candidato acompanhar todas as instruções, convocações e avisos relativos ao presente processo seletivo.

9.16. Fica estabelecido o foro da sede da Justiça Federal do Estado da Bahia, em Salvador, para dirimir quaisquer questões provenientes deste edital, eventualmente não dirimidas no âmbito administrativo.

Salvador-BA, outubro de 2023.

Juiz Federal **DURVAL CARNEIRO NETO**
Diretor do Foro da Seção Judiciária da Bahia



Documento assinado eletronicamente por **Durval Carneiro Neto, Diretor do Foro**, em 27/10/2023, às 16:34 (horário de Brasília), conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <https://sei.trf1.jus.br/autenticidade> informando o código verificador **18787934** e o código CRC **472E5508**.

ANEXO I - Modelo do termo

TERMO DE AUTODECLARAÇÃO DE PRETO E PARDO

Eu, _____, portador(a) do RG nº _____, órgão expedidor _____, e CPF nº _____, DECLARO ser _____ e assumo a opção de concorrer à vaga no Processo Seletivo de Estagiários da Justiça Federal do Estado da Bahia, com opção de inscrição para estagiar na unidade localizada na cidade de _____, por meio do Sistema de Cotas para Negros(as), de acordo com os critérios e procedimentos inerentes ao sistema, conforme o quesito de cor e raça utilizado pela Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE.

As informações prestadas nesta declaração são de minha inteira responsabilidade, estando ciente que poderei responder criminalmente no caso de falsidade.

_____, ____/____/_____
local e data

Assinatura do candidato

ANEXO II - Modelo do recurso

**PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO DE ESTUDANTES DE CURSOS DE GRADUAÇÃO
PARA PROGRAMA DE ESTÁGIO DA JUSTIÇA FEDERAL DE PRIMEIRO GRAU NA BAHIA**

FORMULÁRIO DE RECURSO

IDENTIFICAÇÃO DO CANDIDATO

Nome completo:

CPF n.:

Curso:

Unidade Administrativa de opção na inscrição:

DESCRIÇÃO DO RECURSOS

1. Objeto do recurso: _____

- a) contra indeferimento da inscrição
- b) contra indeferimento da inscrição na condição de portador de necessidade especial
- c) contra indeferimento da inscrição na condição de autodeclarado preto ou pardo
- d) contra resultado preliminar
- e) contra análise do histórico escolar
- f) contra pontuação obtida na Prova Objetiva
- g) contra totalização dos pontos obtidos ou ordem classificação final

2. Argumentação do candidato:

_____, ____/____/____
local e data

Assinatura do candidato